

O trauma do tronco: a filosofia míope no espelho

Trunk trauma: a myopic philosophy in the mirror

Wallace Lopes Silva

Pós-doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e em
Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo (IPPUR/UFRJ) da UFRJ

Gabriel Lopes Figueiredo

Estudante Secundarista (ANGLO) - 2º ano no Ensino Médio

RESUMO: O que move este ensaio de pensamento é a tentativa de repensar as feridas estruturais na constituição do imaginário do medo projetado na instauração animalizada do constructo do corpo negro escravizado por teorias raciais e racializantes. Tal questão ensaística, focará o racismo na condição espacial enquanto conduta pedagógica e reprodutora do psiquismo histórico do trauma do pós-abolição em curso. Haja vista; que nossa sociedade moderna –colonial, racial e racializante articulou razão e raça como modelo epistêmico no processo de desafricanização dos atores-negros na cidade. O trauma do tronco é uma estrutura condicional das formas espaciais cicatrizadas no texto-corpo ratificado pela interdição do protagonismo negro do pensar filosofia no Brasil. Assim, o corpo negro espacializado no Brasil foi entendido como animal, coisa, objetos e mercadoria sendo espacializados de modo condicional da ausência de existência limitada nas sombras do ocidente racial-racializante do racismo estrutural no espaço urbano.

PALAVRAS CHAVES: CIDADE, ESPAÇO, CORPO, MEDO, TERRITÓRIO E TRAUMA DO TRONCO.

ABSTRACT: What moves this essay, this line of thought, is the attempt to rethink the structural wounds in the constitution of the imaginary of fear, projected in the animalized instauration of the slaved black body construction, led by both racial and racializing theories. Such an essayistic question will focus on racism and in its spacial condition, both as a pedagogical and reproductive conduct of the psyche post-abolition trauma history. Let there be sight that our modern colonial society, racial and racializing, articulated reason and race as an epistemic model during the process of de-africanization of black actors in the city, trunk trauma is a structural condition of the spatial forms, healed as a pedagogical and ratified by the interdiction of black protagonism in philosophical thinking in Brazil. Because of that, the spatialized blackbody, in Brazil, was understood as animalized, as a thing, as an object and as a commodity, being spatially conditionally to the absenced of limited existence in the shadows of the western racial-racializing structural racism in the urban space.

KEYWORDS: CITY, SPACE, BODY, FEAR, TERRITORY AND TRUNK TRAUMA.

INTRODUÇÃO



Figura I. - Atualizações do presente (Bricolagem de problemas abertos): Racio-totalitarismo, produção-mecanismo de controle do medo e utilização do trauma do tronco enquanto violência pública como prática pedagógica do uso extremo de uma educação totalitária, mediada por somas psíquicas de violência corporal.

O olhar de pedra de um senhor calou por séculos as possibilidades de liberdade diante de um regime estrutural da escravidão, ratificado no corpo coletivo da sociedade por diversas gerações cegas no diante do espelho filosófico. Mais do que rememorar um passado espelhado no drama do holocausto judaico ocidental, sobretudo no caso brasileiro, nunca refletimos de modo geracional os impactos da escravidão em nossa (de) formação enquanto categoria societária; ou seja, de algum modo às inibimos a partir de uma cidadania lúdica, despossuída de uma análise geracional e por ausência de políticas públicas que entendessem o psiquismo destes seres

animalizados e derivados numa dimensão coisificada e bestializada. Por conta disso, é relevante evidenciar o signo permanente da escravidão por ter produzido um Estado que nasce sem sociedade, sem povo e sendo o *playground*¹ de suas elites tacanhas, oportunistas e trapaceiras.

Assim, cabe apontar que tais espectros da imagem do tronco se atualizaram na agenda política dos livros didáticos do país, no que tange nosso imaginário educacional enquanto registro tempo-espacial e corpóreo. Vale ressaltar que todo pensar é perigoso, no qual se faz preciso desparafusar narrativas totalitárias, como nos alerta a filósofa de tempos sombrios, Hannah Arendt. O que mais interessa nesta passagem é compreender como a memória traumática do corpo negro e seus efeitos foram traduzidos e transmitidos por uma existência perigosa e interdita. O corpo é texto, camadas de tempo-espço, tecido descritivo e afetivo de formas subjetivas da violência. Por esta razão, indo na via desta perspectiva, é necessário examinar a natureza do trauma do tronco como regimento de violência na ação da existência de não sujeitos, que foram coisificados por somas de opressão. Caso pareça evidente, o trauma do tronco no Brasil é e foi um mecanismo psíquico da violência do Estado brasileiro e inibiu qualquer possibilidade de existência e de ações pela liberdade do povo preto. Com isto, o exibicionismo por meio do uso da violência pública, tornou-se espetáculo pedagógico do horror dos corpos pretos açoitados no pau de arara, configurando um currículo pedagógico abusivo do uso da violência enquanto ditame simbólico do poder branco sobre esses corpos interditados. .

Assim, esse corpo negro assumiu caráter de somas de opressão, interditando medidas de humanização diante da condição de coisa/mercadoria e do estado animalesco da população negra na sociedade. Essa dimensão simbólica foi preservada pela classe média escravocrata, que se tornou guardiã do espírito escravocrata do capitalismo colonial-moderno-racional e racializado:

¹ Parque e área de recreação dos interesses infantis e débeis.

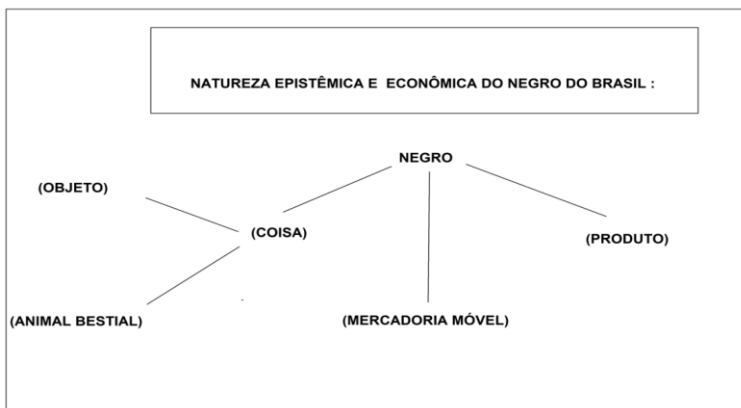


Figura II. - Ginástica do pensamento (Mapa conceitual: Natureza epistêmica do negro no Brasil): O racio-totalitarismo nos denuncia toda dimensão de bestialidade que foi modelado o corpo escravizado do negro, enfatizado por toda face extrema das ideias universais do conceito de raça-ração na produção do *ethos* interdito desse corpo negro. O trauma do tronco se perpetua pela antropologia criminal que inaugura o rosto criminal do negro na multidão. O corpo do escravizado torna-se um código de evidências criminais, gerando um discurso espacial na forma da cidade.

Nos dias contemporâneos, entende-se o trauma do tronco como condição psicológica que nega qualquer possibilidade corpórea e libertária do corpo negro enquanto produtor de espaço, espacialidade e memória. Antigamente, porém, o trauma referiu-se à ferida infligida ao corpo negro interdito de existência e deslocado pelo uso da força e atributo animal docilizado. O trauma se faz a partir de mecanismos do uso da violência no território educacional do corpo animalizado ao longo de séculos. A palavra ‘*trauma*’ é relacionada ao verbo grego *τιτρώσκω* (*titrōskō*), *ferir*². O *trauma* — um acontecimento chocante que assola a consciência, impedindo a capacidade de processar e assimilar a experiência — permanece não resolvido no estado de coisas e coisificado. Acontecimentos traumáticos, segundo Herman (1992, p.

² Em LIDDELL & SCOTT. *A Greek-English Lexicon*, Oxford: Clarendon Press online. Verbetes: *τιτρώσκω*.

Disponível em: 17 de Agosto de 2018
<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0057:entry=titrw/skw>>.

44), “enfrentam os seres humanos com a extremidade de indefesa e terror”, conduzindo a uma fragmentação na percepção do *self*, da realidade, das emoções e das memórias. Para Herman (1992, p. 34), este tipo de fragmentação “rasga um complexo sistema de autoproteção que normalmente funciona de maneira integrada”. A teórica do trauma Cathy Caruth (1996, p. 4) explica que um acontecimento traumático pode causar uma ruptura na “experiência de tempo, *self* e mundo” da vítima. Para ela, o primeiro sintoma de trauma é o atraso cognitivo como efeito da produção espacial-temporal e corpórea:

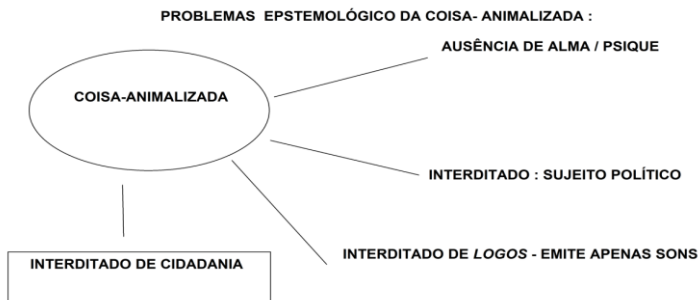


Figura III. - Ginástica do pensamento (Mapa conceitual: Problemas epistemológicos da Coisa-animalizada): O corpo animalizado e bestial do negro na cidade assume complexidade extrema do uso total do racismo ao desenharmos caricaturas e modelos psíquicos baseados em teorias racialistas e eugenistas. O escravizado encontra-se delimitado por barreiras sociais, econômicas, psíquicas e culturais que o impede de exigir qualquer possibilidade de existência. Uma forma epistêmica foi condicionada ao espaço de *coisa-animal* desprovido pela *logos*. A estrutura condicional produzida pela escravidão fez a manutenção de formas racializantes por condições estruturais.

A memória traumática da escravidão no corpo em curso, na sua aparência atrasada, não pode ser relacionada unicamente àquilo que é conhecido, mas também àquilo que permanece não conhecido nas nossas ações e na nossa linguagem corpórea e social, ou seja, interditados de existência e limitados ao sistema de coisas e objetos. Portanto, é importante destacar que o trauma do tronco, por causa da latência inerente na sua estrutura, aparece somente em outro lugar, em

outro momento. Ele é a repetição do uso totalizado da violência atualizadas no modelo educativo de sociedades hierarquizadas pelo uso doméstico do corpo. Frequentemente, a memória traumática tem sua origem e permanece inscrita no corpo; corpo este apresentado como um arquivo e testemunha ativa, prova única e obstinada dos horrores do passado reforçados pelo espetáculo da violência pública.

O corpo é figurado como um lugar pós-traumático, animalizado e com somas de opressão. O corpo, numa cultura pós-escravista, é sempre marcado pela violência e pelo pânico coletivo. A experiência traumática pode ser armazenada no corpo sem mediação ou consciência e volta como *flashbacks* ou pela compulsão de repetir *flashbacks* que reivindicam a experiência não-reivindicada do passado. Isto explica o valor supremo do corpo como um espaço desmemoriado, tanto como fonte quanto como lugar desta identidade pós-traumática. A alusão da imagem do trauma do tronco é sempre o efeito de uma história, mesmo que esta história não seja acessível à memória de um modo simples e direto, mas somente por meio do trabalho pela herança escravocrata (punição pública e a domesticação dos limites do uso da liberdade). O trauma do tronco tem como mito de fundação uma busca circular e retrospectiva pelo passado (impulso de repetição), “a consciência” e redenção da culpa pelo esforço animal do corpo no exercício de lapidação da virtude. O corpo negro só poderia alcançar vias da virtude intelectual e platônica a partir do condicionamento físico e brutal para se tornar domesticado e dócil. Esta dimensão corporal e dócil gera atribuições comerciais diante da estrutura de valor justificada pelos interesses de consumo das elites em diversas escalas de ação da existência:



Figura VI. - Ginástica do pensamento (Mapa conceitual: Psiquismo ocidental moral excludente): A animalidade do negro foi interdita de qualquer capacidade inteligível de existir na ação educativa da casa-grande brasileira. O negro no Brasil vive uma cidadania interdita mediada por tutelas.

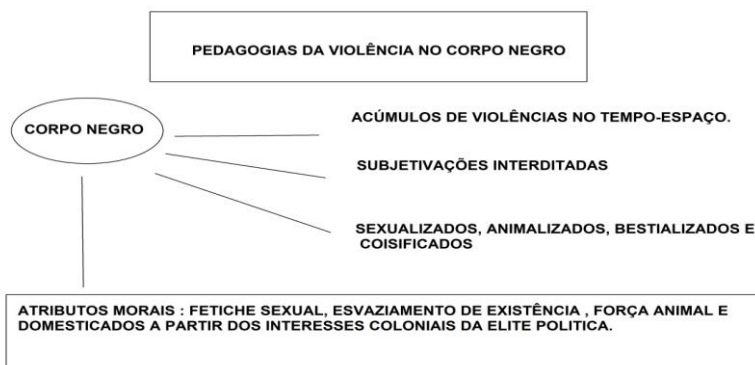


Figura V - Ginástica do pensamento (Mapa conceitual: Pedagogias da violência no corpo negro): O trauma do tronco como forma pedagógica do limite da ordem na cidade gerou fundamentos regradados pela égide do racismo enquanto mecanismo punitivo. A cidade precisa limpar qualquer evidência da presença do negro na escritura urbana na cidade. Ou seja, a destruição total de uma afrocartografia urbana.

O trauma cultural, segundo Jeffrey Alexander (2011), é provocado quando os membros de uma comunidade sentem que foram submetidos a um evento terrível, que deixa traços indelévels em sua consciência coletiva, marcando às suas memórias para sempre, transformando a sua identidade cultural de forma fundamental e irrevogável. Para esse autor, o trauma cultural é um conceito científico, que pode ser verificado empiricamente, e que sugere novos relacionamentos significativos e as relações causais entre eventos, estruturas, percepções e ações anteriormente não relacionadas.

A percepção do sofrimento provocada por traumas culturais é comum a vários grupos sociais, em diversos contextos e sociedades, e, às vezes, até mesmo em civilizações completas, que não apenas identificam cognitivamente a existência e a fonte desses sofrimentos humanos, mas também assumem uma responsabilidade moral importante sobre ele:

Na medida em que identificam a causa do trauma e, por conseguinte, assumem a responsabilidade moral, os membros da comunidade definem as suas relações de apoio de modo a que, em princípio, os permitem partilhar os sofrimentos dos outros. O sofrimento do outro é nosso próprio sofrimento? Pensando que, de fato, poderia ser, sociedades expandem o círculo do que eles querem dizer com "Nós". No mesmo sentido, os grupos sociais podem recusar, e muitas vezes eles fazem, para reconhecer a existência do trauma dos outros e porque esta recusa, os outros não podem obter uma posição moral. Ao negar a realidade do sofrimento dos outros, não só dissolver sua própria responsabilidade em relação a esse sofrimento, mas muitas vezes imputada a responsabilidade pelo seu próprio sofrimento aos outros. (ALEXANDER, 2001, p. 126)

Diante deste cenário do pós-abolição em curso no Brasil, tomamos como acontecimento traumático a escravidão enquanto estrutura geracional e condicionadora da falta de existência pelo racismo-total, assim como no caso dos Estados Unidos, como demonstra Ron Eyermann no livro *Trauma Cultural: Escravidão e a Formação da identidade Afro-americana*³. Para Eyermann, a escravidão não deve ser encarada como uma instituição ou como

³ EYERMAN, Ron. *Cultural Trauma: Slavery and the Formation of African American Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

experiência pessoal, mas como memória coletiva: uma lembrança penetrante encravada no sentimento que um povo tem de si.

No caso brasileiro, é de conhecimento geral que a escravidão, e posteriormente a abolição em curso, com o surgimento de novas relações sociais e de trabalho, os negros foram submetidos a sofrimentos constantes devido ao processo de adaptação do ex-cativo negro e mulato às novas circunstâncias para as quais foram empurrados e excluídos diante da forma de trabalho agora contemplados por direitos e cidadania. Entretanto, ao invés de destacar os aspectos identitários, culturais e sociais desencadeados pelo trauma do tronco, o pós-abolição em curso desencadeou ao longo do tempo-espaço aspectos psicológicos provocados ao corpo e à mente desses homens e mulheres descendentes de escravizados, que sofrem até hoje com as consequências da desigualdade racial e da segregação racial e espacial do racismo-total enquanto forma condicional e de interdição da existência do extermínio da alteridade.

Juventude negra e o conflito com a lei: camburão e navio negroiro, atualizações do presente

Agora usa farda

Engatilha a macaca

Escolhe sempre o primeiro

Negro pra passar na revista

Pra passar na revista

Todo camburão tem um pouco de navio negroiro

Todo camburão tem um pouco de navio negroiro

Todo camburão tem um pouco de navio negroiro

Todo camburão tem um pouco de navio negroiro

Todo Camburão Tem Um Pouco de Navio Negroiro

O Rappa

Irmão de olho claro ou da Guiné

Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado

Senhor, eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor

Tenho sangue avermelhado

O mesmo que escorre da ferida

Mostra que a vida se lamenta por nós dois

Mas falta em seu peito um coração

Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

E assim, quando a lei foi assinada
Uma lua atordoada assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?
G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti (Samba Enredo 2018)

Com o pós-abolição em curso e suas atualizações do presente, o que foi passado continua registrado nas camadas da memória social, relegando as populações afro-brasileiras ao seu lugar de escanteio na sociedade brasileira, sendo esta produzida por uma estrutura racializada, configurando toda uma dimensão de racismo ambiental. Assim, desde pequenos, os negros e as negras aprendem o seu lugar de inferioridade a partir de uma pedagogia da violência com o uso do instrumento do tronco:

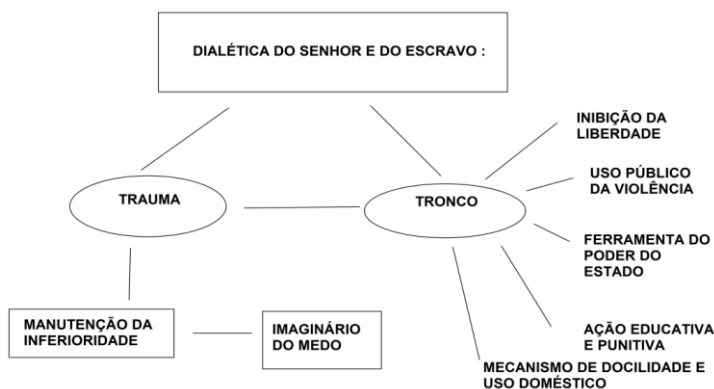


Figura VI. - Ginástica do pensamento (Mapa conceitual: Dialética do senhor e do escravo): A educação pela via da violência é um registro histórico e espacial de nossa condição corpo, ou seja, uma forma educativa que nos interditou qualquer mediação pela via do afeto. Assim, na estrutura racial-racional, o corpo negro só teria disponibilidade para trabalho, sexo e procriação de modo animal e bestial.

Assim, as novas relações sociais e de trabalho as quais foram submetidos após o término da escravidão também causaram muito sofrimento ao processo de adaptação dos ex-cativos e mestiços às novas

circunstâncias para onde foram empurrados e exterminados. Para Benvindo (2016), o desajustamento social do ex-cativo na sociedade de classes foi um dos principais fatores desencadeadores do sofrimento social do ser negro no Brasil, que acabou tendo todo seu desdobramento na vida socioeconômica, sendo ratificado pelo racio-totalitarismo. Em razão disso, os efeitos da desorganização social são visíveis nas condições de vida devastadas, humilhadas e indesejáveis. Sem as condições materiais e profissionais para a vida no meio urbano, o negro e o mestiço não podiam absorver o estilo urbano de vida, assinala o Mestre Florestan Fernandes:

A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente... (FERNANDES, 2003, p.33)⁴

Por conseguinte, em plenos dias hodiernos, mesmo passado mais de 100 anos da abolição da escravidão, os descendentes de escravizados ainda sofrem com os resquícios do sistema escravocrata em curso. Essa população, que chega a 53,6% (IBGE, 2014) da população brasileira, é encarada como uma minoria e, historicamente, com a opressão, a discriminação e a humilhação social que são produzidas pelas desigualdades, tem sido objeto crescente de investigação da psicologia e da sociologia (GONÇALVES, 2004). Tal fato nos revela uma sociedade proibida de sonhar e de ter futuro, que se rejeita todos os dias no espelho histórico da branquitude. Por sua vez, pode-se considerar o fenômeno do racismo-total enquanto um elemento crucial presente nas relações étnico-raciais no Brasil e sendo um fator determinante das desigualdades na produção de subjetividades, na dimensão da vida social desprovida de direitos. Por isso, o corpo negro

⁴ Este texto foi publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo, dia 08 de junho de 1980, e republicado na Revista Espaço Acadêmico em março de 2018. Disponível em: <www.espacoacademico.com>.

na sociedade brasileira ratificou a soma de opressões no aparelho psíquico destes indivíduos coisificados, além da convivência diária com justificativas naturalizantes da pedagogia da violência como manutenção de um sistema de inferioridades.

Porém, muitas das considerações históricas, seja pela noção de raça biológica ou pela via culturalista, deverão ser refeitas no que se refere à manutenção do ideário de inferioridade das pessoas negras, pois ambas serviram de suporte para a produção de determinados sujeitos históricos, como o menor delinquente e o jovem infrator. A massa de jovens negros que ocupava os grandes centros urbanos no início do século XX precisava ser classificada, vigiada e penalizada, sua condição inumana e o seu desprovimento de características civilizatórias atestados. Da mesma maneira, o racismo-total deve ser entendido como eixo organizador e estruturante das hierarquias e das relações sociais que manteve ativos os padrões de disparidades e desigualdades econômico-sociais, bem como de violências.

Não se trata aqui de associar a juventude negra a qualquer tendência endógena à criminalidade, mas, ao contrário, analisar os processos sociais pelos quais jovens negros têm sido condicionados a uma existência marginal, na qual o crime é forjado como uma das poucas possibilidades de ascensão social e de rompimento com um ciclo de violência e opressão, ao mesmo tempo em que se torna o fundamento para a intensificação de medidas austeras direcionadas a esse grupo.

Assim, diante da violência estrutural, racial e econômica e das somas de opressão do corpo negro frente ao social, é possível observar a criminalização total dos núcleos negros, assim já inseridos no mesmo processo de interdição de existir forjado pelo imaginário do medo. A compreensão de que jovens brancos, de classe média e alta, não cometem atos infracionais por terem acesso facilitado à defesa privada e por terem um lastro pedagógico-educacional mais sofisticado está inserida no processo histórico, prático e discursivo que envolve o investimento e a validação de suas existências de acordo com o ideal de humanidade branca, em detrimento da humanização da juventude negra. O princípio, portanto, é de que os jovens negros representam, por excelência, a criminalidade e o perigo, enquanto jovens brancos representam o progresso e desenvolvimento da nação. Silva e Oliveira (2015, p. 16) argumentam:

[...] também é verdade que os jovens oriundos de famílias mais abastadas se envolvem tão ou mais com drogas, uso de armas, gangues, atropelamentos, apedrejamentos, etc. A diferença é que esses possuem mais recursos para se defenderem, sendo mais raro terminarem sentenciados em unidades de privação de liberdade, ao passo que os adolescentes mais pobres, além de terem seu acesso à justiça dificultado, ainda são vítimas de preconceitos de classe social e de raça, comuns nas práticas judiciárias.

Outro aspecto importante refere-se à educação formal pela via da violência nos núcleos mais pobres. De acordo com os dados analisados por Silva e Oliveira (2015) e com o acompanhamento de políticas sociais, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014; 2015), há uma pequena parcela de jovens em conflito com a lei que possui ensino médio completo e uma parcela quase inexpressiva que possui ou cursa ensino superior. São fatores que refletem as características sociais predominantes no sistema socioeducativo, o qual tem reforçado essa configuração, ao invés de contribuir para a superação das iniquidades sociais. Quando associados a outros dados, tais como padrões remuneratórios e o uso do tempo, constata-se que a maioria dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, além de não frequentar a escola e não trabalhar no momento do cometimento do ato infracional, pertencem a famílias com histórico de marginalização.

Essa marginalização é provocada por processos de vulnerabilização em três dimensões: individual, social e programática, as quais envolvem insuficiência de renda para que o jovem possa se dedicar a atividades que fomentem seu desenvolvimento pessoal e social. De acordo com os dados socioeconômicos sobre escolaridade, trabalho e remuneração dos jovens brasileiros com idade entre dezoito e vinte e nove anos⁵, divulgados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), apesar das mudanças que ocorreram ao longo dos

⁵ Análises realizadas por pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – DISOC/IPEA (2015).

anos 2000, os índices de disparidades sociais e raciais permanecem elevados, sobretudo quando comparadas as populações negra e branca, jovens negros e brancos. A população negra das regiões Norte e Nordeste está abaixo da média nacional de 10 anos de estudo. Essas mesmas regiões têm, respectivamente, médias de 9,3 e 9,2 anos de estudo; em relação a mulheres negras, 9,8 anos; homens negros, 9 anos. Sobre os índices de alfabetização, os dados se aproximam daqueles relacionados aos anos de estudo. As regiões Norte e Nordeste somam os menores índices em comparação com outras regiões do país, embora tenha ocorrido uma diminuição das taxas que contribuiram para a redução da razão das taxas de alfabetização nos últimos (dez) anos, conforme mostram as análises de Corbucci, Araújo e Codes (2015).

As taxas de alfabetização aumentaram para negros e brancos, diminuindo a disparidade entre eles; 99,7% das mulheres brancas e negras estão alfabetizadas, seguido de 99,5% de homens brancos e negros. Entretanto, a elevação das taxas de alfabetização não impactou em outras dimensões da vida da população negra, especialmente de jovens negros, a exemplo dos baixos padrões de remuneração e dos altos índices de violência.

Em relação à população desocupada no Brasil, Fontoura, Lima Jr. e Chermem (2015) destacam que jovens negras com 16 anos ou mais idade, em 2014, lideraram as taxas de desocupação, seguidas de homens negros, mulheres brancas e homens brancos. De acordo com os autores:

(...) o incremento da desocupação, ainda que marginal, não foi distribuído de forma homogênea entre todos os grupos aqui discriminados. Considerando-se a desocupação produzida entre 2013 e 2014, os grupos sociais mais atingidos foram, respectivamente, as mulheres negras (35,1%), homens negros (25,2%), mulheres brancas (20,5%) e homens brancos (19,06%). O comportamento conjuntural das taxas de desocupação são indicadores da qualidade das relações de trabalho, podendo-se inferir que os homens brancos tendem a ocupar as melhores posições sociais no mundo do trabalho, ao passo que a população negra, sobretudo as mulheres, inserem-se nos setores mais precarizados e são mais atingidas pelo desemprego (FONTOURA; LIMA Jr.; CHERFEM, 2015, p. 32).

Jaccoud (2008) destaca que as disparidades sociais refletem os conflitos raciais que atingiram dramaticamente as pessoas negras ao longo dos últimos séculos, sobretudo XIX e XX. São dados que indicam os déficits acumulados, o fracasso do sistema educacional e a manutenção dos privilégios pela classe branca dominante. Segundo a autora, o processo de modernização econômica, somado à valorização da mão de obra nacional que se seguiu ao fim da fase de imigração massiva entre os anos 1930 e 1980, deveria ter beneficiado diretamente a população negra do país. Contudo, “não se observou no período significativa convergência dos indicadores de renda e ocupação dos grupos branco e negro” (2008, p. 54), o que sustenta os dados referentes à expressiva distância entre os índices de ocupação e desocupação quando discriminados por raça/cor.

A pobreza, entendida como resultado da exploração da mão de obra da população negra escravizada, coexistiu com a produção discursiva sobre as raças que inventou e associou a delinquência à imagem do jovem negro perigoso. Entretanto, a condição social e o lugar periférico ocupado por jovens e adultos negros são comumente analisados a partir da perspectiva econômica, a qual se tem mostrado insuficiente para a compreensão da complexidade das práticas sociais e discursivas atuais. A sobreposição classe-raça tende a afirmar que a condição de pobreza incide sobre as desigualdades raciais, negando que a raça é o elemento que estrutura e hierarquiza a sociedade. O fator racial, nessa linha, é fundamental para a compreensão de determinados fenômenos, como é o caso da vulnerabilidade programática e da violência sistêmica praticada contra a juventude negra.

Para Fontoura; Lima Jr. e Chermem (2015),

(...) as diferenças entre homens e mulheres, brancos e negros, mantiveram-se estáveis em toda a série histórica, motivo pelo qual se pode inferir que a trajetória recente de melhora qualitativa das relações de trabalho não foi capaz de alterar o cenário estrutural de desigualdades de gênero e raça (LIMA JR. E CHERFEM 2015, p. 32).

Enquanto Jaccoud (2008, p. 53) argumenta que:

[...] durante todo o decorrer deste século, em que pesem importantes mudanças sociais pelas quais passou o país, seja no campo da modernização da economia, da urbanização, ou da ampliação das oportunidades educacionais e culturais, não se observou uma trajetória de redução das desigualdades raciais. Apesar de seu progressivo reconhecimento, as desigualdades raciais ainda eram largamente interpretadas pela via da pobreza e como resultado de um acúmulo de carências da população negra, e seu despreparo para participar do mercado de trabalho moderno, que se consolidava gradativamente no país.

Corroborando as incursões de Jaccoud (2008), compreende-se que as análises sobre as desigualdades raciais devem ser entendidas menos como processos de acúmulos no campo da pobreza e da educação e mais como efeitos complexos dos conflitos raciais. Com essa afirmação não se quer dizer que ao longo do século XX e no início do século XXI não tenha havido mudanças sociais. Contudo, as mudanças ocorridas ainda não foram capazes de provocar mudanças substantivas na vida de pessoas negras, especialmente de jovens.

Assim, Jaccoud (2008, p. 55) destaca que:

[...] examinando as desigualdades raciais entre as décadas de 1940 e 1990, conclui-se que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e modernização econômica. A industrialização não eliminou a raça como fator organizador de relações sociais e oportunidades econômicas, nem reverteu a subordinação social das minorias raciais. Pode-se observar, inclusive, a piora da posição relativa dos negros nas posições superiores da estrutura de ocupações, derivada, em grande parte, da crescente desigualdade de acesso de brancos e negros no ensino superior.

Os aspectos e dados referentes à produção das desigualdades sociais mostram-se importantes para a compreensão do problema do jovem negro inserido no sistema socioeducativo, tendo em vista a dimensão complexa de sua organização e de seu funcionamento. Busco evitar análises simplistas e reducionistas que reiteram discursos recorrentes de culpabilização e de criminalização, tanto da juventude

negra quanto da pobreza: estas subsidiam a manutenção dos mecanismos discriminatórios, como é o caso do próprio sistema de Justiça e de Segurança Pública.

O enquadramento sistemático de jovens negros por agentes da Segurança Pública e pelo sistema de Justiça demonstra a eficiência da filtragem racial que integra os procedimentos e condutas das instituições, do mesmo modo que reforça a vulnerabilização e a violência cometida contra esse grupo em todas as dimensões: social, política, emocional e, sobretudo, física⁶. A respeito dessa afirmação, Batista (1998) diz existir certo consentimento social em relação ao racismo na política criminal exercida por agentes de Segurança Pública, fato este que é reiteradamente negado no plano discursivo e normativo.

A violência e a incidência dos homicídios no Brasil têm evoluído de maneira desigual nas diferentes regiões e microrregiões do país, onde a do Nordeste é a mais atingida, sendo as principais vítimas os jovens negros. Segundo as análises estatísticas realizadas por Cerqueira e Coelho (2015), um homem negro possui probabilidade significativamente maior de sofrer homicídio no Brasil quando comparado à vitimização de homens brancos. As diferenças são ainda maiores na faixa etária de 15 a 29 anos. “Aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de ser vitimados por homicídios, em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 22).

Entre 2004 e 2014, houve um crescimento na taxa de homicídio de homens negros (+18,2%), enquanto para outros grupos houve uma diminuição quase na mesma proporção (-14%). É consensual entre as pesquisas que, no último decênio, tem havido uma diminuição da taxa de homicídios de pessoas brancas, ao passo que para as pessoas negras tem havido um crescimento paulatino. Isto é, “entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminui de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127

⁶ Cf. Atlas da Violência 2016 (CERQUEIRA et al, 2016); Nota técnica sobre redução da maioridade penal (SILVA; OLIVEIRA, 2015) e Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise, v. 23 (IPEA, 2015). Aqui seria melhor colocar as referências bibliográficas corretas.

nessas mesmas datas: crescimento de 38,7%”. Em relação à taxa de homicídios por 100 mil habitantes e a vitimização segundo raça/cor, entre os anos de 2002 e 2012, o número de homicídios de jovens brancos cai 32,3%, e dos jovens negros aumenta 32,4% (WAISELFISZ, 2014, s/p).

Evidencia-se a produção do jovem negro como o “elemento suspeito”, aquele cujas características correspondem à imagem fantasmagórica do homem negro brasileiro, construído no tecido social e mantido com o respaldo das instituições e estabelecimentos estatais, tais como a Polícia, e com o apoio indispensável dos meios de comunicação. A periculosidade imagética e imaginária, que circunda o corpo negro, valida as práticas de racismo de Estado presentes nos equipamentos e nas instituições públicas (SANTOS, 2015; CARNEIRO, 2005). A interdição da mobilidade social imposta às pessoas negras, sobretudo a esses jovens, é a expressão do modo como operam o poder sobre a vida e o poder sobre a morte. A função do racismo, nesse caso, consiste em regular a distribuição da morte e em fazer possíveis as funções mortíferas do Estado. Essa é a condição para a aceitação da matança (MBEMBE, 2006).

Para Mbembe (2006) há uma economia da morte, necropolítica, que corresponde à soberania do Estado centrada no poder de dar vida ou morte para seu povo. A autoridade é exercida através da violência, pela qual se decide sobre a vida dos governados. Analisando o direito de matar exercido por meio da economia da morte, Mbembe aproxima a noção de biopoder (FOUCAULT, 2005) dos conceitos de estado de exceção e estado de sítio. Para ele, o estado de exceção e a relação de inimizade tem se transformado na base normativa do direito de matar. Assim os processos de colonização são fundamentais para a compreensão das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte.

Por fim, a partir dos dados apresentados, podemos compreender que os procedimentos de disciplinamento, controle e regulação, a exemplo das práticas socioeducativas, cumprem a função de limitar a circulação e a mobilidade social e espacial de jovens negros. Contudo, esses procedimentos são uma etapa do processo de extermínio e genocídio direcionado a todo o segmento negro da população. Esses distintos procedimentos (regulação e extermínio) estão ancorados em uma ampla rede de saberes científicos, de discursos e práticas sociais

sobre a população negra. A política socioeducativa pode ser compreendida como efeito gradual dessa rede discursiva, igualmente responsável pela invenção do menor delinquente e do jovem infrator eleitos como inimigo a ser combatido.

Observamos que na história se produziram as mais diversas formas de desigualdades sociais e raciais que têm se sustentado através da manutenção dos processos de colonização, de estratificação racial e da supremacia branca que, do mesmo modo, sustentam a economia da morte como *modus operandi* dos Estados-Nação antes colonizados.

Por meio das análises apresentadas, podemos concluir que a política socioeducativa, efetivamente, não contribui para o equacionamento dos problemas sociais que potencializam o cometimento de atos infracionais. Ao contrário disso, contribui para o agravamento da situação marginal e das vulnerabilidades individual, social e programática as quais estão expostos os jovens negros. Estas intervenções e as práticas sociais sentenciam a juventude negra à condição de não-ser-humano, na medida em que mantêm ativos os processos de vulnerabilização e de vitimização desse grupo. Muito mais que uma economia pautada na garantia do direito à vida, ou uma política sobre a vida, é possível observar uma economia política da morte, em que a vida fica ao acaso da sorte e a morte, em suas diferentes dimensões, se apresenta como objetivo final do racismo-total (Extermínio em curso), atualizado pela agenda do Estado.

O trauma do tronco e um dos primeiros espaços de reunião de diferentes corpos no novo Brasil

Ainda garoto eu tinha medo de jogar futebol, porque vi muitas vezes jogador negro, lá em Bangu, apanhar em campo, só porque fazia uma falta, nem isso às vezes:

Meu irmão mais velho me dizia: “Malandro é o gato que sempre cai de pé... Tu não é bom de baile?” Eu era bom de baile mesmo, e isso me ajudou em campo... Eu gingava muito... O tal do drible curto eu inventei imitando o miudinho, aquele tipo de samba. (Domingos da Guia, vídeo Núcleo/UERJ, 1995).

A coisificação do corpo negro perpassa por todas as esferas em que o mesmo se faz presente. O corpo negro, segundo Mario Filho, passa por um começo de aparecimento maior no futebol nas décadas de 30 e 40. Mas com as restrições que um corpo coisificado e desprovido de *logos* deveria ter. Para o cumprimento dessas restrições, o árbitro (aquele que comanda o jogo) se fazia mais presente e necessário, porque há um objeto novo dentro do espaço do campo. Portanto há uma configuração espacial nova. Dentro de tudo isso, a regra nova era simples: corpos negros não podiam encostar-se aos brancos, havia severas punições se encostassem. Já os corpos brancos podiam encostar-se aos corpos negros e para isso não havia sequer uma punição. Podemos concluir que, usando uma gíria do futebol, o “pau comia” dentro de campo para o corpo negro. Daí, o medo de Domingos da Guia (um dos maiores zagueiros da Seleção Brasileira) em sua declaração.

Para abrir o pensar a respeito desse fato dentro do futebol brasileiro, é preciso inverter um pouco as perguntas, e como diz o mestre Milton Santos, precisamos ensaiar um novo discurso em relação ao racismo estrutural evidente. De onde surge a necessidade de o branco bater no negro dentro do campo de jogo? Há, de fato, essa necessidade ou uma explicação lógica para isso? Ou, é apenas ódio? O que estava por detrás dessa violência gratuita no jogo? Por que se faz necessária a presença de um mediador, de um árbitro que arbitra esse tipo de agressão? O trauma do tronco regula também o corpo branco?

São perguntas que invertem o jogo colocando os brancos para darem respostas, afinal, são os únicos capacitados a fala, até por possuírem o *logos* filosófico explicitado pela tradição. O que é posto de algo novo, é que essa atividade de interpretação psíquica do trauma do tronco, coloca em jogo o mundo branco brasileiro e sua classe média, e traz possíveis respostas. O mundo branco brasileiro precisa, dentro dessa análise, se tornar mais problemático pelo fato de conseguir produzir ferramentas desumanizadoras. Ferramentas essas que a todo tempo trazem memórias a passados obscuros como o do holocausto negro e por meio dessas memórias conseguem configurar toda uma sociedade enraizada num medo crônico em diversas áreas, mas com uma só coloração.

Refletir sobre o futebol nesses caminhos e termos, é pensar como se torna possível um espaço onde o branco e o negro são possíveis juntos. Esse espaço não só foi possível como, de começo, necessitou de

uma ferramenta racial. E é nessa ferramenta que começa o Brasil. A necessidade de bater do branco, surge da motivação de rememoração de seu papel num Brasil escravocrata. Lembrar ao corpo negro que ele é coisa-animalizada, não possui alma e é interdito em todos os seus sentidos humanos, é o papel do homem branco. Cada pancada dada, cada chute dado, é um momento de gozo e alegria para um lado, e sofrimento e ódio para outro (se é que possível). O que nesse momento está sendo colocado as claras é uma pedagogia. Uma pedagogia que direciona o corpo negro para o seu estado animalizado. Se em algum momento houve um ensaio de sopro de liberdade e pensamento dentro de campo, a pedagogia do trauma do tronco o acorrenta, ou melhor embala-o. Se *'trauma'* é relacionada ao verbo grego τῑρῑσκῑ (titrῑskῑ), *ferir*, como vimos, isso se aplica aos “pontapés” recebidos pelo corpo negro como forma de silenciá-los e recordá-los. É um ferir proposital que indica a uma memória negra. Pensar o dribble como um rasgo espacial trazendo um ensaio de fala e sobrevivência dentro de campo, é pensar o “pontapé”, também, como a arma que produz o silêncio do corpo. Cada “pontapé” recebido pelo corpo negro era um chicote do silêncio. O ex-jogador e ex-técnico da Seleção Brasileira Carlos Caetano Bledorn Verri, mais conhecido como Dunga, nos revela claramente a pedagogia do trauma do tronco:

Eu até acho que sou afrodescendente, de tanto que apanhei e gosto de apanhar. Os caras olham pra mim e falam: 'vamos bater nesse aí'. E aí começam a me bater. Sem noção, sem nada, começam a me bater.

O gosto de apanhar, referido nessa frase, nos leva diretamente, e de joelhos quase que de frente para uma cruz, ao tronco. Os instrumentos do tronco, onde os negros por séculos apanharam, moldam o corpo preto. O apanhar é necessário e faz parte da pedagogia.

Porém, a pedagogia do tronco, educa também o pedagogo. É ele quem a produz e nela se encaixa. Ou seja, há sim, a necessidade de se entender que o prazer psíquico existe ao praticar uma agressão ao corpo coisificado. Aquele que cria uma pedagogia, deve ao mesmo tempo se deleitar da mesma e colocá-la como fundamental numa relação com o objeto negro. Portanto, o corpo branco não está ali só para regular algo, ele está dentro de campo para se deleitar desse algo.

Se isso não fosse uma possibilidade de resposta, como ficaria a pergunta: por que então, depois de alguns anos de um fim de uma escravidão, onde os negros não foram convidados, há a necessidade de bater-se no negro? Para isso, existe a necessidade de se recorrer a figura do trauma do tronco como uma possibilidade de resposta para a configuração de nossa sociedade. Há personagens, tanto dentro de campo quanto fora dele, que são regidos por esse conceito que busca avivar cada vez mais a memória de cada corpo no espaço brasileiro.

Ou seja, numa busca de uma desracialização de Brasil, não apenas o corpo negro deve passar por ela, mas todos os corpos. Como podemos ver, todos passam pelo trauma do tronco. Não só os negros devem ser convidados a essa luta, mas todos os brasileiros que participam deste jogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Mário de. Macunaíma. In: _____. **Obras Completas**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, s. d.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difel, 1964.

_____. **Poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).

_____. **De Anima**. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes Reis. São Paulo: 34, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **As Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

_____. **As Origens do Totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

_____. **As Origens do Totalitarismo:** totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

_____. **Homens em Tempos Sombrios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Dignidade da Política.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Rahel Varnhagen:** a vida de uma judia alemã na época do Romantismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____. **Lições Sobre a Filosofia Política de Kant.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

_____. **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994c.

_____. **Eichmann em Jerusalém:** um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

_____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.

_____. **A Condição Humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

_____. **Entre o Passado e o Futuro.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000b.

_____. **A Vida do Espírito:** o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000c.

ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea** – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996, p. 55-62.

VEJA. A TRAGÉDIA reordena o mundo. **Veja**, São Paulo, ano 34, n. 40, p. 93-98, 10 out. 2001.

ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. In: Os Pensadores. v. II. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo. Abril Cultural, 1979.

_____. **Ética a Nicômacos**. Tradução, introdução e comentários de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1997.

AVELLAR, José Carlos. **A ponte clandestina**. São Paulo: Editora USP; 34,1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARRETO, Lima. **Coisas do reino de Jambon**. Sátira e Romance. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BARTHES, Roland. **S/Z**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Sociedade, imaginação e publicidade. In: _____. **Inéditos, vol. 3: Imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 98-121. Coleção Roland Barthes.

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, 5(6), Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998. p.

BAUMAN, Zigmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BERNARDES, C. R. O. **Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. “**Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna**”. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES, João Batista. **Comunicação e Cultura Popular**. São Paulo: Editora da USP, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **Distinção**. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1984.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. (Org.) **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, S. A. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Fim do Milênio – Vol. III.** Iesbo: Fundação Calouste Grubelbenkian, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** Volume I. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. **Redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade.** Rio de Janeiro: IPEA, Nota Técnica, n. 15, 2015.

_____.; FERREIRA, H. et al. **Atlas da violência 2016.** Brasília, DF: IPEA, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

_____. “Cortiços”. In: _____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CORBUCCI, P.; ARAUJO, H. E.; CODES, A. PNADs 2004-2014 – Educação. In: CALIXTRE, A.; VAZ, F. (Orgs.). **PNAD 2014: breves análises.** Brasília: IPEA, 2015.

COSTA, Rogério Haesbaert. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: Conceitos e Temas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 165-205.

DANTAS, C. V. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. **Cadernos PENESB**, Niterói, n. 12, p. 390, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34, 1992.

_____.; _____. **Mil Platôs**. v. 2. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local, **Formação**, v. 2, n. 12, p.11-26, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Trad. Joaquim Costa e António M. Magalhães. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **A Voz e o Fenômeno**: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

_____. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

_____. **Gramatologia**. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004a.

_____. **A Escritura e a Diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004b.

_____. **A Farmácia de Platão**. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____.; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã... diálogos**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

EDMUNDO, Luis. **O Rio do Janeiro do meu tempo**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Conselho Editorial, 2009.

EGLER, T. T. C. **Ciberpólis**: redes no governo da cidade. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

_____. Espaço social e política urbana global. In: RIBEIRO, A. C. T.. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia y gestión democrática. Buenos Aires: Editora Clacso, 2009.

EYERMAN, Ron. **Cultural Trauma**: Slavery and the formation of African American identity. Cambridge, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **A questão nacional**: a modernização. [online]. v. 6, n. 14, p. 7-22. 1992. ISSN: 85-7232-435-6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a02.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2013.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The Empire of Trauma: an inquiry in the conduction of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009, 1972.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do L, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão**: o Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado brasileiro, 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOLHA DA MANHÃ. 26/11/1925, **Banco de Dados Folha**. Acervo de Jornais online. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1152>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

FONTOURA, N.; LIMA Jr.; CHERFEM, C. O. PNAD 2014 – Alterações no mundo do trabalho, segundo marcadores de gênero e raça. In: CALIXTRE, A.; VAZ, F. **PNAD 2014: breves análises**. Brasília: IPEA, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Aula de 28 de janeiro de 1976. In: _____. **Em defesa da Sociedade** – Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

_____. (1976b) Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da Sociedade** – Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREUD, S. (1940 [1938]) **Esboço de psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. (1937) **Construções em análise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____. (1936) **Um distúrbio de memória na acrópole**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

_____. (1933 [1932]) **Por que a guerra?** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

_____. (1931) **Sexualidade feminina**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

_____. (1930 [1929]) **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996f.

_____. (1927b) **O futuro de uma ilusão**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIEDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memória de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**: – O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s/d.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: UCAM; 34, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango** – as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. das Letras, 2004.

GOMES, Flávio. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUSA, Jorge P. de (Org.). **Escravidão**: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

GOMES, Flávio et al. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Flavio dos Santos. **Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - séc. XIX**. - Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Glauber Rocha** – esse vulcão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; 34, 1999.

HAAR, Michel. **Heidegger e a essência do homem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

HABBERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil. 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (2001).

HEGEL, G. W. F. **A razão na história - Introdução à filosofia da história**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HEIDEGGER, M. **Introdução à metafísica (1935)**. Trad. de Emmanuel Carneiro Leão, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

_____. **Carta sobre o humanismo**. Lisboa: Guimarães, 1987.

_____. **Heráclito: a origem do pensamento ocidental: lógica: a doutrina heraclítica do logos (1943 – 1944)**. Trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

_____. **A origem da obra de arte (1936)**. Trad. de Maria da Conceição Costa, Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Ser e tempo (1927), Partes I e II**. Trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002. [Sein und Zeit, Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.

_____. **Sobre a essência da verdade (1943)**. In: _____. Conferências e escritos filosóficos. Trad. de Ernildo Stein, São Paulo: Nova Cultural, 2005a.

_____. **Que é metafísica? (1929)** In: _____. Conferências e escritos filosóficos. Trad. de Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 2005b.

_____. **Sobre a essência do fundamento (1929)**. In: _____. Conferências e escritos filosóficos. Trad. de Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 2005c.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 1997., p. 28-37.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **As raízes do Brasil**, (1ª edição 1936), São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, bell. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Orgs.). **O Livro da Saúde das Mulheres Negras; Nossos Passos Vem de Longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2002, pp. 1-89.

HUGO, Victor. **Os trabalhadores do mar**. Trad. de Machado de Assis. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 179-250.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. et al. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p. 49-62.

JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo: UNISINOS, 2006.
KARACH, Mary C. As nações do Rio. In: _____. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **No tempo das tribos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (Orgs.). **Etnicidade na América Latina:** um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 15-44.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **O príncipe.** Trad. Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM: Porto Alegre, 2011.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche, filósofo da suspeita?** Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.

MARX, Karl. **El capital.** Libro 3. 2. ed. Trad. Wenceslao Roces. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

_____. **O capital.** Livro 2: O processo de circulação do capital. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: _____.; ENGELS, F. **Textos.** v. 1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. **Escritos económicos menores.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 6. ed. Introd. Eric Hobsbawm. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: **Práxis**, n. 5, out.-dez. 1995. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995a.

_____. **El capital**. Libro 1. 2. ed. 24ª reimpressão. Trad. Wenceslao Roces. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1995b.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.